Seguro Pecuário bate recorde, mas cobertura segue restrita a pequena parcela do rebanho



- O Seguro Pecuário vive um momento de recorde histórico, mas continua sendo um “nicho” dentro de um rebanho bilionário.
- Os números de 2025 sugerem que algo como 3% do patrimônio bovino brasileiro está hoje efetivamente protegido, o que expõe o tamanho do desafio para os próximos anos.

O que os dados mostram

Entre janeiro e outubro de 2025, a arrecadação com seguros pecuários e de animais somou R$ 187,6 milhões, alta de 24% em relação ao mesmo período de 2024 e de 267% frente a 2021, quando o volume foi de R$ 51,1 milhões.

O levantamento conjunto de CNseg e FenSeg mostra que o Seguro Pecuário concentrou a maior parte desse avanço, com R$ 165 milhões em prêmios e crescimento de 25,9%, enquanto o seguro de animais movimentou R$ 22,6 milhões, alta de 11,4%.

Na distribuição regional, Minas Gerais lidera o ranking de contratações, com R$ 26,5 milhões em prêmios totais, sendo R$ 25 milhões apenas em Seguro Pecuário, seguido por São Paulo (R$ 24,6 milhões), que assume a liderança no seguro de animais com R$ 10,2 milhões. Goiás (R$ 23,2 milhões), Maranhão (R$ 15,2 milhões) e Mato Grosso (R$ 15,1 milhões) completam o grupo dos cinco estados com maior volume de prêmios, refletindo tanto o peso da atividade pecuária quanto a percepção crescente de risco climático e sanitário nessas regiões.

Por que a participação do Seguro Pecuário ainda é baixa

Quando se compara esse volume de prêmios com o tamanho do rebanho, o contraste aparece com clareza. O efetivo bovino brasileiro foi estimado em 238,2 milhões de cabeças em 2024 pelo IBGE, com valor patrimonial aproximado na casa de R$ 600 bilhões. Considerando um prêmio médio em torno de 1% sobre esse patrimônio, a arrecadação de R$ 187,6 milhões indica que apenas uma

pequena parcela do rebanho está segurada, em torno de 3%, segundo exercícios estimativos adotados por CNseg e FenSeg.

Daniel Nascimento, vice-presidente da Comissão de Seguro Rural da FenSeg, reforça que esse percentual é resultado de hipóteses e não configura uma mensuração direta, mas ajuda a dimensionar o “vazio de proteção” na pecuária. Ele lembra que fatores culturais, econômicos e de conhecimento pesam contra a contratação: a cultura do seguro entre produtores rurais ainda é limitada, inclusive em ramos mais consolidados como o Seguro Agrícola, cuja cobertura também gira em patamares muito baixos da área plantada no país.

Indenizações em alta e uso maior das coberturas

O estudo aponta também um aumento relevante no uso efetivo do seguro, medido pelo crescimento das indenizações pagas ao produtor. Entre janeiro e outubro, comparando 2021 e 2024, as indenizações do Seguro Pecuário subiram de R$ 8,6 milhões para R$ 12,6 milhões, alta de 46,1%; já no seguro de animais, os pagamentos aumentaram de R$ 8,3 milhões para R$ 11,2 milhões, avanço de 34,9%. Na prática, isso significa que os sinistros estão acontecendo, os contratos estão respondendo e o produtor começa a enxergar, na prática, o papel do seguro na recomposição de capital após perdas.

Como funcionam os dois tipos de cobertura

No desenho dos produtos, o Seguro Pecuário integra o Seguro Rural e garante indenização em caso de morte e variação de preço de animais destinados à produção, cria, recria, engorda, trabalho por tração ou reprodução, incluindo atividades como monta natural, coleta de sêmen e transferência de embriões, com isenção tributária. Já o seguro de animais é voltado a criações de elite, animais domésticos ou de segurança - como aqueles destinados ao lazer, competições esportivas ou guarda -, não sendo enquadrado como seguro rural e, portanto, sem o benefício fiscal.

Essa distinção ajuda a explicar por que estados com pecuária extensiva e grandes rebanhos comerciais se destacam no Seguro Pecuário, enquanto regiões com maior concentração de animais de alto valor agregado, confinamentos e integração lavoura-pecuária aparecem com mais força no seguro de animais. Em Minas Gerais, por exemplo, pesam o tamanho do rebanho (terceiro maior do país) e a recorrência de eventos climáticos adversos, como secas no Triângulo Mineiro e geadas que afetam pastagens; em São Paulo, o protagonismo fica com sistemas intensivos e criações de maior valor unitário, como suínos e aves.

O que falta para o seguro acompanhar o tamanho da pecuária

Para Nascimento, ampliar a cobertura do Seguro Pecuário e de animais passa por três frentes principais: disseminação de informação, integração do seguro à gestão de risco do produtor e amadurecimento do mercado em linha com a relevância econômica da pecuária brasileira. De um lado, é preciso reduzir o desconhecimento de muitos pecuaristas sobre a existência e o funcionamento dos produtos; de outro, é necessário ajustar oferta, preço e subsídio para que o seguro deixe de ser visto como custo eventual e passe a ser parte da estratégia de proteção de um patrimônio bilionário.

Num setor em que o rebanho supera 238 milhões de cabeças e o valor econômico da atividade se projeta por toda a cadeia de carne, couro, lácteos e exportações, o salto de arrecadação em 2025 sinaliza um mercado em expansão, mas também escancara quanto ainda falta para que o Seguro Pecuário deixe de ser exceção e se torne regra na fazenda brasileira.

Estreito de Ormuz: por que US$ 20 bilhões não resolvem o problema do Seguro Marítimo

- O novo programa de resseguro criado pelos Estados Unidos para o Estreito de Ormuz chama

atenção pelo tamanho: até US$ 20 bilhões. Mas o ponto central não é o volume de recursos, e sim o que essa proteção cobre (e o que deixa de cobrir).
- Na prática, o mercado entende que o programa ainda não resolve o principal risco enfrentado pelos armadores: a responsabilidade civil em caso de grandes acidentes, especialmente os ambientais.

O que é o programa de resseguro para o Estreito de Ormuz

No início de março, a U.S. International Development Finance Corporation (DFC) lançou um programa de resseguro marítimo para embarcações que cruzam o Estreito de Ormuz, uma das rotas mais estratégicas do comércio global de petróleo.

A proposta funciona como um "colchão de segurança" público, com objetivo de:

- apoiar seguradoras privadas
- viabilizar a emissão de apólices
- manter o fluxo de comércio marítimo

A seguradora Chubb atua como líder na emissão das apólices, enquanto o governo americano entra como ressegurador.

Um detalhe importante: o limite de US$ 20 bilhões funciona em base "rolling", ou seja, pode ser recomposto à medida que sinistros são pagos.

O gargalo: o que o seguro não cobre

Apesar do volume expressivo, o programa enfrenta um problema estrutural: ele cobre principalmente danos diretos ao navio e à carga, mas não resolve bem os riscos de terceiros.

Segundo a Moody's Ratings, esse é o principal motivo pelo qual muitos armadores ainda evitam operar na região.

O "gap" de cobertura envolve:

- poluição por derramamento de petróleo
- danos ambientais de grande escala
- custos de limpeza
- impactos econômicos em regiões costeiras
- ações judiciais e danos reputacionais

Em um cenário de ataque a um petroleiro, o maior prejuízo pode não ser o navio - mas o passivo ambiental e jurídico.

O papel dos clubes de P&I - e por que eles recuaram

Tradicionalmente, esses riscos são cobertos pelos chamados clubes de P&I (Protection and Indemnity), associações de armadores que oferecem proteção mútua.

O problema é que, com a escalada do conflito:

- limites de cobertura foram reduzidos
- capacidade de proteção diminuiu
- em alguns casos, coberturas foram cortadas pela metade

Isso amplia ainda mais a diferença entre:

- o que o programa cobre (casco e carga)

- o que o armador teme (responsabilidade civil)

O olhar do mercado: risco alto, mas controlável

Para a Moody’s, o risco atual ainda é administrável em escala global, mas com alto potencial de perdas em eventos extremos.

Alguns números ajudam a entender o cenário:

- cerca de 20 embarcações já foram atacadas
- valor estimado de navios na região: US$ 25 bilhões
- cenários extremos podem chegar a US$ 40 bilhões ou mais

Para comparação, eventos climáticos recentes, como furacões, já geraram perdas superiores a US$ 50 bilhões, absorvidas pelo mercado global.

A diferença está na concentração:

- riscos climáticos → pulverizados globalmente
- riscos marítimos de guerra → concentrados em poucos players especializados

Como as seguradoras estão reagindo

Com o aumento do risco, seguradoras e clubes de P&I adotaram medidas rápidas:

- cancelamento quase imediato de coberturas de guerra
- reprecificação das apólices
- redução de limites
- aumento de franquias
- inclusão de exclusões mais rígidas

Esse movimento segue uma lógica clássica do mercado: reduzir exposição primeiro, reofertar depois com novas condições

Mesmo assim, há limites:

- coberturas não podem ser canceladas durante uma viagem em andamento
- algumas seguradoras ainda mantêm exposição até o fim das rotas

O Brasil nesse cenário global

Enquanto o Estreito de Ormuz se torna mais arriscado, o Brasil ganha relevância como fornecedor de petróleo.

Dados do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) mostram que:

- o país é um dos grandes produtores globais
- o petróleo lidera as exportações brasileiras
- a produção deve chegar a 4,2 milhões de barris/dia até 2028

Além disso, o pré-sal apresenta:

- alta produtividade
- menor emissão de carbono por barril

Em um cenário de instabilidade geopolítica, rotas mais seguras - como as brasileiras - ganham competitividade.

Por que a responsabilidade civil decide o jogo

No fim das contas, o problema do programa não é financeiro: é estrutural.

Sem cobertura robusta de responsabilidade civil:

- armadores continuam expostos ao maior risco
- um único acidente pode gerar perdas bilionárias
- o incentivo para operar na região permanece baixo

Ou seja: não é o tamanho do cheque que importa, é o tipo de risco que ele cobre

O que esse caso ensina para o futuro dos seguros

O Estreito de Ormuz virou um laboratório para uma discussão maior:

? Qual deve ser o papel do Estado como ressegurador de riscos extremos?

Esse debate vai além do transporte marítimo e envolve outros riscos complexos:

- eventos climáticos extremos
- ataques cibernéticos
- pandemias
- conflitos geopolíticos

A forma como esses riscos serão compartilhados entre mercado e governo deve influenciar toda a arquitetura global de seguros nas próximas décadas.

Fonte: CNseg, em 19.03.2026